

Deputados examinam critério do orçamento

22 SET 1992

JORNAL DE BRASIL

LUIZA DAMÉ

Os parlamentares que integram a Comissão Mista que analisa o Orçamento da União de 93 estão trabalhando para evitar o uso de verbas públicas para favorecimento político. Eles constataram que os recursos para investimento, em especial do Ministério da Ação Social, estão sendo pulverizados sem qualquer explicação dos critérios. Assim, na reunião de ontem, foram aprovados dois requerimentos de informações ao Executivo sobre a justificativa da destinação de verbas para estados e municípios, bem como dos interessados na liberação.

Exemplificando em nível de detalhamento a que desceu o Orçamento, o deputado Eduardo Jorge (PT/SP) disse que estão previstos Cr\$ 1,1 milhão para saneamento do Bessa, em João Pessoa (PB), um bairro de classe média à beira-mar. Segundo o deputado, para Fernando de Noronha, área de preservação natural, estão sendo destinados Cr\$ 8 bilhões para drenagem, ancoradouro e barragem, beneficiando 1.600 moradores da ilha. Na sua

opinião é preciso definir critérios para corrigir essas distorções.

Além das verbas do Ministério da Ação Social, o deputado Flávio Derzi (PST/MS) ficou intrigado com os recursos do Incra, responsável pelo programa de reforma agrária. Ele citou que o Distrito Federal tem uma previsão de verbas para os assentamentos rurais três vezes superior às destinadas ao Mato Grosso do Sul — um dos estados que recebe o maior índice de colonos sem terra. “É preciso suspender as chamadas verbas carimbadas”, argumentou o deputado.

Parecer — Essas distorções foram apontadas ontem, quando os parlamentares começaram a discutir o parecer preliminar do senador Mansueto de Lavour (PMDB/PE), relator do Orçamento. A votação do parecer — que faz uma análise geral do Orçamento e traça parâmetros para apresentação de emendas — deverá ocorrer ainda hoje, embora o prazo estabelecido tenha vencido ontem. Mesmo assim, o senador acredita que não haverá atraso no cronograma da Comissão.